

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Justiça aceita denúncia de fraude em licitação do TC

A partir de agora, seis investigados passam a ser réus no processo sobre irregularidades envolvendo a obra do prédio anexo do Tribunal

Laura Beal Bordin

Especial para a Gazeta do Povo

Por decisão do juiz da 7.^a Vara Criminal de Curitiba, César Maranhão de Loyola Furtado, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná aceitou a denúncia do Ministério Público (MP) sobre o esquema de fraude em licitação na obra do prédio anexo ao Tribunal de Contas (TC) — que custaria R\$ 36,4 milhões aos cofres públicos.

De acordo com a denúncia, houve direcionamento do processo licitatório para beneficiar a construtora Sial e, a partir de agora, os investigados passam a ser réus no processo. Depois da denúncia, o TC cancelou a licitação e a obra.

O caso ganhou repercussão depois que o ex-coordenador do TC Luiz Bernardo Dias Costa foi preso em flagrante em junho de 2014 após sair da sede da empreiteira Sial, vencedora da licitação, com R\$ 200 mil. De acordo com o MP, o valor seria apenas uma parte do que seria pago em propina — cerca de R\$ 2 milhões.

Além do ex-diretor, também se tornaram réus os funcionários do TC Angelo Jose Bizineli (diretor-geral), Juliano Woellner Kintzel (Diretoria de Licitações e Contratos), David Natanael Cheriegati (ex-funcionário e intermediário, também ex-deputado estadual) e os empresários Edenílso Rossi e Pedro Henrique Rossi, donos da construtora Sial.

Para o MP, o conselheiro Artagão de Mattos Leão — presidente do TC na época — tinha conhecimento do esquema. Por ter foro privilegiado, o MP enviou uma cópia da denúncia para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

Outro lado

O advogado de Mattos Leão afirma que não há acusações formais contra o seu cliente e que pediu ao STJ o arquivamento da denúncia.

O advogado de Angelo Bizineli afirma que o cliente não participou do processo de licitação e que acredita na absolvição do funcionário. A defesa de Edenílso Rossi e Pedro Rossi não quis se pronunciar. Já a defesa dos outros acusados afirma que as denúncias foram baseadas em provas ilícitas.

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

» HOMICÍDIO DE TRÂNSITO

Carli Filho vai a júri popular, decide STJ

Katia Brembatti

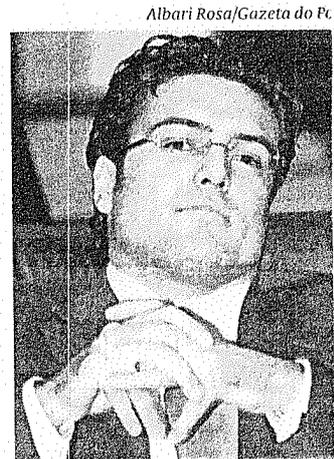
Outra tentativa da defesa do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho para evitar o júri popular foi recusada pela Justiça. Um agravo em recurso especial foi negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão data de 5 de novembro.

A defesa ainda espera o resultado de um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar evitar o júri, marcado para 21 e 22 de janeiro de 2016. Carli Filho responde por duplo homicídio, num acidente ocorrido em 7 de maio de 2009 e que resultou

na morte dos jovens Gilmar de Souza Yared e Carlos Muri-lo de Almeida.

O recurso ao STJ contestava, principalmente, a validade como prova do exame de alcoolemia — que apontou que Carli Filho dirigia sob efeito de álcool. O teste foi feito a partir de sangue coletado quando o ex-deputado estava inconsciente.

O advogado Gustavo Scandelari, da banca de defesa, informou que a assessoria jurídica do ex-deputado “ainda está analisando a decisão para avaliar quais serão os próximos passos”. Num primeiro momento, a defesa havia re-



Albari Rosa/Gazeta do Povo

Ex-deputado responde por duplo homicídio.

corrido ao Tribunal de Justiça do Paraná, mas os desembargadores mantiveram a decisão de que um grupo de pessoas comuns analisará se o ex-deputado é culpado ou inocente. A expectativa da defesa estava depositada, então, nos tribunais superiores.

COLUNA DO LEITOR

Carli Filho

Todos já sabem que não vai dar quase nada pra ele. Não há imagens do acidente, sumiram de todos os circuitos internos dos prédios que possuem o sistema. Faja conivência e solidariedade para com o pobre motorista.

Hávio Vedovato de Almeida, no Facebook, sobre o vídeo e o depoimento mostrados no Fantástico de domingo.

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Morte de mulheres por homicídio cresce 21% em dez anos, diz estudo

Em 10 anos, morte de mulheres por homicídio no Brasil cresce 21%

No período de 2003 a 2013, 46.186 mulheres foram mortas no país. A maioria das vítimas foi assassinada por pessoas conhecidas, como familiares e parceiros. O número mostra um crescimento de 21% desse tipo de crime. Os dados fazem parte do estudo Mapa da Violência — Homicídio de Mulheres.

De 2003 a 2013, 46.186 mulheres foram assassinadas no país; a maioria por familiares ou parceiros

Carolina Pompeo com Folhapress e Estadão Conteúdo

O número de mulheres vítimas de homicídios no Brasil cresceu 21% em dez anos, período em que foram assassinadas 46.186 mulheres no país. Dessas mortes, a maioria foi causada intencionalmente por pessoas conhecidas da vítima, como familiares e parceiros.

Os dados são do estudo “Mapa da Violência — Homicídio de Mulheres”, divulgado na segunda-feira (9)

pela ONU Mulheres, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, do governo federal. Os dados foram tabulados com base nos registros do Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde.

Isso leva o país a uma taxa de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres — a quinta mais alta em comparação com outros 83 países, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). O Brasil fica atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Em alguns estados, o crescimento no número de mulheres assassinadas ficou bem acima da média nacional. Em Roraima, unidade da federação com mais casos, a taxa mais que triplicou em dez anos, ficando em 15,3 homicídios a cada 100 mil mulheres em 2013.

Feminicídio

Ainda segundo o estudo, metade dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 foram cometidos por um familiar da vítima. Desse total, 1.583 mulheres (ou 33,2% dos casos) foram mortas por parceiros ou ex-parceiros — ou seja, seriam enquadrados pela Lei do Feminicídio. Se o dispositivo já existisse em 2013, o Brasil teria uma média de sete feminicídios por dia.

Paraná

No Paraná, a taxa de homicídio de mulheres subiu de 4,5 em 2003 para 5,2 em 2013 — um aumento na taxa de 15,1% no período. Em Curitiba, o índice subiu de 5,7 para 6,2. Nesses dez anos, o número absoluto de casos na capital subiu 16%.

Apesar de apresentar taxas bem menores que a de outros estados, os números da violência contra a mulher no Paraná ainda são preocupantes, na avaliação da promotora Mariana Seifert Bazzo, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero, do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos.

“O estado tem um problema de violência, sim, que aponta para a necessidade de implementação de mais políticas públicas”, diz Mariana.

Desde março deste ano, quando a Lei do Feminicídio entrou em vigor, ocorreram 62 feminicídios no Paraná — isso considerando apenas os episódios que se tornaram inquéritos policiais, pois muitos não chegam ao Ministério Público.

Entre junho e dezembro do ano passado, 8.945 situações de violência contra a mulher foram enquadradas na Lei Maria da Penha e, novamente, esse número é considerado subnotificado.

CONTINUA

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CIDADES PEQUENAS X CAPITAIS

As maiores taxas de homicídio de mulheres não está nas capitais. É o que mostra um recorte do estudo, considerando dados de 2009 a 2013 de cidades com mais de 10 mil habitantes. O município que lidera a lista é Barcelos (AM), onde a taxa de assassinatos a cada 10 mil mulheres foi de 45,2 entre 2009 e 2013. Uma possível razão seria uma maior estrutura de atendimento nas capitais. "Seriam necessários estudos de uma perspectiva sociológica mais aprofundados para apontar possíveis causas culturais dessa diferença entre cidades menores e grandes centros. Mas não há dúvidas de que quanto mais campanhas públicas, educação de gênero e locais de acolhimento para a mulher vítima de violência, maior é a redução da criminalidade", avalia Mariana Seifert Bazzo, especialista no assunto.

Protagonismo da mulher negra é um dos fatores para ela ser a principal vítima

Os dados do Mapa da Violência mostram que as mulheres negras são ainda mais vulneráveis. Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875. A título de comparação, os assassinatos de mulheres brancas caíram 9,8% no mesmo período. Em um ano, morreram assassinadas 66,7% mais mulheres negras do que brancas no Brasil.

Para Heliana Hemetério dos Santos, historiadora e feminista filiada à Rede de Mulheres Negras do Paraná, o recorte não traz nenhuma surpresa e o aumento da violência contra as mulheres negras está relacionado com o crescimento do racismo.

"As mulheres negras sempre foram as maiores vítimas de assassinato. Elas sofrem com a opressão racial e com a opressão de gênero e são alvo de violência de homens brancos e homens negros. Qualquer percentual referente à mulher negra é maior do que o referente às mulheres brancas: elas são vítimas de violência racial, de gênero, social e acadêmica."

A mesma avaliação é feita pela representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, que considerou que o estudo revelou a "combinação cruel" que se estabelece entre racismo e sexismo e a faceta bárbara da discriminação racial. "As mulheres negras estão expostas à violência direta, que lhes vitima fatalmente nas relações afetivas, e indireta, àquela que atinge seus filhos e pessoas próximas. É uma realidade diária, marcada por trajetórias e situações muito duras e que elas enfrentam, na maioria das vezes, sozinhas", disse Nadine.

Visibilidade

Um dos fatores elencados pela ministra de Estado e chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, para explicar a elevação do homicídio de mulheres negras foi a visibilidade conquistada por essas mulheres nos últimos anos. "Na última década, a negra assumiu um lugar muito determinado como sujeito político, dando magnitude à luta contra o racismo. Elas começaram a aparecer bonitas, elegantes, protagonistas da própria vida, podendo estar exatamente onde quiserem. Isso incomoda", afirmou Eleonora.

Heliana concorda com a ministra. Para a historiadora, a mulher negra conquistou maior representatividade do que os homens negros, tornando-se mais visíveis às manifestações de violência racial e de gênero. "Nos últimos anos vimos surgir uma geração de jovens negras empoderadas. Essas mulheres desafiam duas forças: o racismo e o machismo. E é preciso dizer que mulheres são mortas por desobediência. E as mulheres negras, por viverem em uma luta muito maior que a das mulheres brancas, aprendem a ser mais fortes e mais desobedientes", analisa.

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

► MORTE DE FISCULTURISTA

IML apura desvio de conduta no caso Renata Muggiati

Diego Ribeiro

O laudo de necropsia da fisiculturista Renata Muggiati, assinado pelo médico-legista Daniel Colman, do Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba, será investigado por uma comissão formada por três servidores da Polícia Científica, órgão ao qual o IML é vinculado. O Diário Oficial do estado do Paraná publicou na segunda-feira (9) portaria assinada pelo diretor do órgão, Hemerson Bertassoni Alves, determinando a instauração de uma sindicância para apurar o caso.

O exame apontou que a vítima não sofreu asfixia, mas o resultado da exumação feita por uma junta de quatro servidores teve resultado oposto. Segundo essa última análise, a fisiculturista, que morreu em setembro deste ano, sofreu asfixia por vários minutos e já estava morta ao cair do prédio onde morava. O principal suspeito do crime é o médico Raphael Suss, ex-namorado de Renata.

Segundo a portaria, a sindicância investigará um "possível" desvio de conduta relacionado ao laudo n.º 1.888/15.

"Instauro [...] procedimento sindicante para que [...] verifique possível desvio de conduta nos procedimentos e Laudos elabora-

dos referentes ao SML n.º 1.888/15", afirma Bertassoni no documento.

Para embasar a decisão, a portaria menciona legislações que regulam a abertura de sindicância contra servidores públicos. O texto também cita o Decreto 5.792/2012, segundo o qual "a sindicância; procedimento preliminar que tem por objetivo a verificação sumária de indícios da prática de fato irregular e sua autoria, será instaurada pelos Secretários de Estado, Secretários Especiais, Presidentes de Autarquias, dirigentes máximos de órgãos de regime especial e pelos chefes de unidades administrativas".

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Polícia Científica para tentar localizar o médico Daniel Colman, mas foi informada de que não poderia intermediar o contato. No IML, ninguém atendeu às ligações da reportagem. Dois médicos legistas, colegas de Colman, foram contatados para ajudar a encontrá-lo, mas não houve sucesso. A defesa de Raphael Suss também foi procurada, mas preferiu não se manifestar no momento.

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Ex-funcionária diz que devolvia salário a Gilberto Ribeiro

Ex-servidora declarou que, do salário líquido de R\$ 5,4 mil, ficava apenas com R\$ 2,2 mil. O deputado estadual nega a acusação

Euclides Lucas Garcia

Dois ex-funcionárias do deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB) acusam o parlamentar de reter parte do salário de pessoas que trabalham no gabinete dele, na Assembleia Legislativa do Paraná. Em depoimento ao Ministério Público Estadual (MP), uma delas admitiu que devolvia diretamente a Ribeiro mais da metade da remuneração mensal. Ela autorizou a quebra do próprio sigilo bancário para comprovar a suposta irregularidade. O parlamentar nega a acusação (leia ao lado).

Conforme depoimento prestado no dia 22 de outubro, Emamoelli Secchi da Silva afirmou ter trabalhado para Ribeiro do final de 2013 até fevereiro deste ano. Nas alegações ao MP, ela disse ter sido procurada pelo parlamentar por indicação da mãe, Alice Secchi, que é servidora concursada da Assembleia e estava cedida ao gabinete dele. Na época, Emamoelli era estagiária

de Direito no Departamento de Execução Penal (Depen) e foi contratada para trabalhar durante a tarde no Legislativo, auxiliando na elaboração de projetos de lei.

Segundo Emamoelli, Ribeiro disse que ela teria que devolver parte do salário a ele. No depoimento, a hoje advogada afirmou que aceitou a oferta, mesmo sendo prejudicada, porque sua remuneração saltaria de um salário mínimo para cerca de R\$ 2 mil. Do salário líquido de R\$ 5,4 mil recebidos por ela, conforme dados do Portal da Transparência, Emamoelli declarou que ficava com R\$ 2,2 mil. O restante era sacado no caixa eletrônico e devolvido ao próprio Gilberto Ribeiro.

Ela ainda disse ao MP que Leila Soriani e Eliseu Meira também devolviam dinheiro ao parlamentar. Já a mãe dela, Alice Secchi, afirmou que não era segredo dentro do gabinete, "porque todo mundo comenta", que os funcionários Dinho e Kiko entregam parte do salário a Leila. Eles estariam lotados na 3.ª vice-presidência da Assembleia, comandada por Ribeiro. De acordo com Alice, Leila era quem coordenava a arrecadação, além de ser responsável por cuidar das contas do gabinete e da vida financeira privada do parlamentar, inclusive com acesso à conta bancária dele.

Mais denúncias

Ao MP, Emamoelli declarou também que, ao exonerá-la da Assembleia, Ribeiro a indicou para trabalhar no Consórcio Metropolitan de Saúde do Paraná (Comesp), onde atua hoje. Lá, descobriu que a esposa do parlamentar, Nanci Ribeiro de Camargo, também trabalha no local. Em troca, Gilberto Ribeiro teria nomeado na Assembleia uma sobrinha do presidente do Comesp e prefeito de Quatro Barras, Loreno Tolardo, num suposto nepotismo cruzado. Promotor de Proteção ao Patrimônio Público e responsável pelo caso, Fábio Guaragni informou apenas que as investigações estão em andamento. Ele disse não poder dar detalhes do processo para não atrapalhar os trabalhos do MP.

CONTINUA

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

**Parlamentar nega
acusação e afirma
que vai à Justiça**

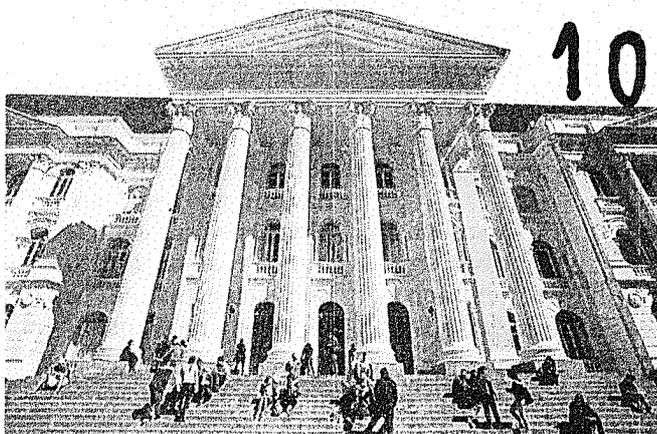
■ Gilberto Ribeiro (PSB) negou as acusações das duas ex-funcionárias. Segundo ele, o depoimento ao Ministério Público deixa claro que elas estão "ressentidas" com a saída do gabinete. "Dizer que dava dinheiro na minha mão, isso é um absurdo. Não mexo com dinheiro nenhum. Minha mãe sempre me disse: 'não pegue uma agulha que não lhe pertencer'." Sobre o suposto nepotismo cruzado, Ribeiro afirmou que a sobrinha do prefeito Loreno Tolardo trabalhou por apenas dois ou três meses como comissionada no gabinete dele na Assembleia. Já a nomeação de sua esposa, Nanci Ribeiro de Camargo, no Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná, ao contrário, seria sob regime da CLT, registrada em carteira. "Não sei se isso caracteriza [nepotismo cruzado]", declarou. A reportagem não conseguiu contato com Tolardo. Afirmando que vai processar as duas ex-funcionárias para que provem as acusações, o parlamentar afirmou estar cansado de "levar tanta bordoadada". "É o meu nome que está em jogo. Já me acusaram de tanta coisa. Tenho 35 anos de comunicador, sou um troféu para eles."

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

UFPR: 60 anos dos cursos de Direito e Medicina

10 NOV 2015



Esta semana é especial para os egressos da **Universidade Federal do Paraná (foto)**. As homenagens são para as turmas de Direito e Medicina de 1955, que completam 60 anos e marcam o primeiro ano após a federalização da instituição. O "jubileu de diamante" vai ser comemorado em um jantar no Graciosa Country Club, nesta terça-feira (10), para os bacharéis de Direito. Já os médicos se reúnem na Praça Santos Andrade, na sexta-feira (13), para uma foto dos egressos (às 17h30) e uma sessão solene com a reitoria, às 18h

Tradição

Não é de hoje que a turma de Medicina se reúne para comemorar os anos de formada, segundo conta o médico Everaldo Sabbatini. Para a próxima sexta, devem vir médicos do interior do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da capital paranaense. Entre eles, nomes como o de Carlos Augusto Moreira, Alberto Accioly Veiga, Leide Parolin Marinoni, Farid Sabag, Evaldo Shaffer, entre outros.

Destaque político

Já a turma de Direito está entre as que mais originaram dirigentes políticos e jurídicos ao estado do Paraná, segundo Almir Hoffmann de Lara, formando de 1955. Entre eles, os desembargadores Abrahão Miguel e Luiz Gastão Alencar Franco de Carvalho. Geraldo Hauer foi secretário da Fazenda no governo João Elísio Ferraz de Campos e Gilberto de Abreu Pires foi do gabinete de Parigot de Souza. Entre os ex-professores da turma está o jornalista Francisco Cunha Pereira, que deu aula de Ciências das Finanças. Uma missa será rezada aos ex-professores e colegas de turma que já se foram, às 11h desta terça-feira, na igreja católica do Água Verde.

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Relator do Orçamento pretende cortar gastos da Justiça do Trabalho

Depois de defender um corte de R\$ 10 bilhões no programa Bolsa Família, o relator-geral do Orçamento da União para 2016, deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), quer passar a tesoura nos gastos da Justiça do Trabalho. Em entrevista, ele disse que vê "excessos" nas despesas previstas para o Judiciário e que vai fazer um corte no relatório do projeto de lei orçamentária que será votado pela Comissão Mista do Orçamento (CMO) do Congresso Nacional.

ANDRÉ GIAMBERARDINO
A demagogia da
violência e a violência
da demagogia

10 NOV 2015

GAZETA DO POVO

O projeto do “Estatuto de Controle de Armas de Fogo”, que revoga o Estatuto do Desarmamento e flexibiliza restrições para a posse e o porte, não tem nada a ver com a proteção da vida humana.

Sua perspectiva de aprovação deve ser compreendida no contexto de fragilidade institucional do país e do oportunismo de setores do mercado. Não se trata de discutir segurança pública ou direito à autodefesa: trata-se apenas de negócios. Não é à toa que dados oficiais do TSE indicam a doação de valor próximo a R\$ 3 milhões a candidatos e comitês partidários, apenas nas últimas eleições, por parte de grandes empresas do ramo.

É por isso que espanta a facilidade pela qual tantos embarcam com ingenuidade no discurso sedutor segundo o qual todo “cidadão de bem”, diante da ineficiência do Estado, tem o direito de andar armado para se defender dos “bandidos”.

Apenas demagogia, incapaz de se sustentar em suas próprias premissas. A distinção entre “bandidos” e “cidadãos de bem” não passa de retórica vazia: atiradores em shoppings e escolas, por exemplo, eram todos “cidadãos de bem” até fazerem o que fizeram. Ou “bandido” seria quem tem inquéritos policiais ou processos criminais em andamento? Pois uma das alterações propostas derruba a restrição ao porte de armas hoje existente justamente para esses casos! É evidente que o princípio da presunção de inocência deve ser defendido sempre, mas é impossível não se estarrecer com a incoerência entre o discurso e o que o projeto propõe. Esperemos que a presunção de inocência seja lembrada também na hora de atirar contra o próximo a quem defino como ameaça, e não sirva apenas como regra de ouro para vender mais armas e munições.

É comprovado que boa parte dos homicídios decorre de atos impulsivos, sem premeditação, desdobramentos infelizes e trágicos de brigas de bar, no trânsito ou em casa. O debate honesto deverá admitir, nesse sentido, que a redução da disponibilidade e do número de armas de fogo em circulação é diretamente associada à redução das mortes violentas. Se continuarmos a circular nas mãos de organizações criminosas, o que se há de fazer é combater o tráfico de armas e suas causas, valorizando e buscando um novo papel à polícia dentro da democracia. Transformar as relações sociais em um permanente faroeste em potencial não é a medida mais inteligente, muito menos eficaz.

Legítima defesa não é um direito em abstrato, mas sim uma situação muito específica que autoriza o sujeito a agir com violência no caso de injusta agressão atual ou iminente, e apenas na medida necessária para tanto. Pressupor que devemos sair às ruas prontos para, a qualquer momento, agir em legítima defesa significa dizer que há uma ameaça em cada esquina, em cada vizinho, em cada cidadão: é o sepultamento da cidade, do espaço público, da cidadania, em prol de uma sociedade fundada no medo e em uma filosofia pseudo “anarcoliberal” de radicalização do individualismo.

A primeira arma aos 21 anos, presente para o filho. Cinquenta balas por mês, até nove armas em casa. Ocorre que não há salvação para a segurança pública sem o resgate do espaço público e de políticas que valorizem a convivência e a coexistência. A banalização da violência significa a vitória desta última, não seu combate. Como canta O Rappa, afinal, também morre quem atira.

André Giamberardino, professor da Universidade Positivo e da UFPR, é defensor público no estado do Paraná.

10 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Morte de mulheres no Paraná supera média nacional

Em dez anos, número de vítimas assassinadas aumentou 24,7% no Estado; taxa de 5,2 mortes por 100 mil é a segunda maior entre Sul e Sudeste

Celso Felizardo
Reportagem Local

O número de mulheres vítimas de homicídios cresceu 21% entre 2003 e 2013, período em que foram assassinadas 46.186 mulheres no País. O Brasil passou do sétimo para o quinto lugar no ranking mundial. No Paraná, a situação é ainda mais crítica. O aumento nos dez anos analisados pelo estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) ontem foi ainda maior, de 24,7%.

No total, 3.067 mulheres paranaenses foram vítimas de mortes violentas intencionais. Em 2013, último ano abordado pelo estudo, o Estado apresentou taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres, também acima da média nacional de 4,8. O índice é o segundo maior entre os estados do Sul e Sudeste, atrás apenas do Espírito Santo (9,3). Entre as capitais, a situação se repete. Curitiba aparece com taxa 6,2, acima da média das capitais brasileiras, de 5,5. Vitória tem a pior situação do País, com 11,8 mortes para cada 100 mil mulheres.

No ranking dos cem municípios brasileiros com mais de 10 mil mulheres, nove são paranaenses, sete deles da Região Metropolitana de Curitiba:

Campina Grande do Sul, com 14,2 mortes por 100 mil mulheres, aparece na 27ª posição, seguido por Piraquara (36º), Pinhais (56º), Araucária (61º), Almirante Tamandaré (62º), Fazenda Rio Grande (73º) e Colombo (100º). Completam a lista Santa Helena (44º) e São Miguel do Iguçu (91º), ambas no Oeste do Estado. Já entre os cinco municípios mais populosos do Estado, Cascavel lidera com 6,9, seguido por Curitiba (6,2), Londrina (3,7), Ponta Grossa (3,6) e Maringá (3,1).

Florestópolis, município de 11,2 mil habitantes da Região Metropolitana de Londrina (RML), tem a taxa mais alta do Estado, de 40 mortes por grupo de 100 mil. Entre 2009 e 2013, foram registrados 11 assassinatos de mulheres na cidade. A cidade não tem sequer delegado exclusivo para investigar os crimes. Responde cumulativamente por Florestópolis o delegado Elisandro Correia, lotado na sede da comarca judiciária, em Porecatu, município que também apresenta taxa elevada de mortes de mulheres (11,3). A reportagem tentou conversar com o delegado, mas ele não foi localizado.

Em Jataizinho, a situação também é preocupante. A cidade apresenta a nona maior taxa de homicídios de mulheres do Estado (16,6). Entre 2009 e 2013,

cinco vítimas foram assassinadas na cidade. De lá para cá, a violência não deu trégua. No final do mês passado uma adolescente de 15 anos, que estava grávida de três meses, morreu vítima de espancamento. O principal suspeito é o namorado, um jovem de 18 anos.

Segundo a polícia, o rapaz tentou simular um acidente de moto como a causa da morte. Os laudos do Instituto Médico Legal desmentiram a versão do suspeito, que permanece preso. "O inquérito já foi finalizado e encaminhado para o fórum. Evitar a impunidade coíbe outros crimes do gênero", comentou o delegado de Ibiaporã, Roberto Fernandes de Lima.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) informou que os casos são investigados por 17 Delegacias da Mulher distribuídas pelas regiões de Apucarana, Araucária, Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguçu, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranavai, Pato Branco, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama. Em algumas cidades, no entanto, os delegados respondem cumulativamente por outros setores.

CONTINUA

FEMINICÍDIO

Taxas de mortes por 100 mil mulheres entre 2009 e 2013

DEZ MAIORES TAXAS NO ESTADO

Cidade	Mortes	Taxa
Florestópolis	11	40
Lindoeste	3	23,6
Cantagalo	7	21,9
São J. das Palmeiras	2	21,1
Bela V. da Caroba	2	21,1
Janiópolis	3	18,7
Lobato	2	18,3
Santo A. do Paraíso	1	16,8
Jataizinho	5	16,6
Pinhal de São Bento	1	15,9

CONTINUAÇÃO

A reportagem questionou também as estratégias da Sesp para reduzir os índices no Estado, porém foi informada que os dados seriam repassados posteriormente pela Coordenadoria das Delegacias da Mulher (Codem) da Polícia Civil.

MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO

Cidade	Morte	Taxa
Cascavel	51	6,9
Curitiba	309	6,7
Londrina	49	3,7
Ponta Grossa	29	3,6
Maringá	29	3,1

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Cidade	Morte	Taxa
C. Grande do S.	14	1,2
Piraquara	29	1,6
Pinhais	38	1,2
Araucária	37	1,2
A. Tamararé	32	1,2

ESTADOS MAIS VIOLENTOS EM 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil

Folha Arte

Metade das vítimas foram mortas por conhecidos

Das 46,1 mil mulheres mortas em dez anos no País, 50,3% delas foram vítimas de pessoas conhecidas. Do total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros. Os dados do estudo do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz foram tabulados com base nos registros do Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde.

A pesquisa também aponta que o número de assassinatos de mulheres brancas entre 2003 e 2013 caiu de 1.747 para 1.576 (-9,8%). No mesmo período, as ocorrências registradas com mulheres negras aumentaram 54,2%, passando de 1.864 para 2.875. Sobre a idade das vítimas, o Mapa da Violência aponta baixa incidência até os 10 anos, crescimento até os 18 e 19 anos, e a partir dessa idade, uma tendência de lento declínio até a velhice. Ainda segundo o estudo, diversos estados evidenciaram "pesado crescimento" na década, como

Roraima, onde as taxas de homicídios femininos cresceram 343,9%, ou Paraíba, onde os índices mais que triplicaram (229,2%). Entre 2006, ano da promulgação da Lei Maria da Penha, e 2013, apenas em cinco estados registraram quedas nas taxas: Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza encabeçam as capitais com taxas mais elevadas no ano de 2013, acima de dez homicídios por 100 mil mulheres. (C.F.)

10 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Relator do orçamento mira despesas do Judiciário

Depois de propor redução no Bolsa Família, Ricardo Barros sugere passar a tesoura nos gastos da Justiça do Trabalho

Adriana Fernandes e
Ricardo Brito
Agência Estado

Brasília - Depois de defender um corte de R\$ 10 bilhões no programa Bolsa Família, o relator-geral do Orçamento da União em 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), quer passar a tesoura nos gastos da Justiça do Trabalho. Em entrevista à reportagem, o relator disse que vê “excessos” nas despesas previstas para o Judiciário e que vai fazer um corte no relatório do projeto de lei orçamentária que será votado pela Comissão Mista do Orçamento (CMO) do Congresso Nacional.

Para fechar as contas, Barros disse que também conta com a aprovação de um projeto de lei encaminhado pelo Executivo que regulamenta o teto do funcionalismo público. O governo estima economizar R\$ 800 milhões com a proposta, mas ele considera que o efeito fiscal é maior, podendo chegar a R\$ 1,5 bilhão. “Estamos mexendo com todos que podem contribuir para o ajuste”, avaliou.

O relator afirmou que ainda precisa encontrar espaço para fazer uma corte adicional de R\$ 17 bilhões nas des-

pesas previstas no projeto de Orçamento do ano para fechar as contas com a meta de superavit primário prevista de R\$ 34,4 bilhões para o governo federal em 2016. Esse esforço adicional nos cortes será preciso, mesmo depois de o relator de receitas, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), ter elevado em R\$ 31,3 bilhões a arrecadação da União projetada para o ano que vem.

Barros explicou que não vai aceitar no seu parecer alguns cortes previstos pela equipe econômica para fechar o rombo das contas em 2016, entre eles, a proposta de eliminação do abono de permanência dos servidores públicos. Essa medida economizaria R\$ 1,2 bilhão pelos cálculos do governo. Esse abono permite que os servidores que atingem as condições de aposentadoria e continuam a trabalhar recebam um abono no valor de 11% do salário. Para mudar a regra, seria preciso a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Há 101 mil servidores nessa condição no Poder Executivo.

Na semana passada, o governo encaminhou uma proposta de corte adicional de R\$ 26 bilhões nas despesas

orçamentárias de 2016 para evitar um déficit fiscal.

SEM CORTE

Espécie de relator setorial do Bolsa Família no Orçamento de 2016, o deputado Fernando Coutinho (PSB-PE) adiantou ontem que vai propor em seu parecer a manutenção da verba de R\$ 28,8 bilhões prevista para o programa no próximo ano. A manifestação de Coutinho contraria o relator-geral do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), defensor de um corte de R\$ 10 bilhões no programa. “Respeito o relator do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista político não tenho como concordar”, disse o deputado do PSB. Para ele, o programa tem sua importância por minimizar a fome dos “pernambucanos, nordestinos e brasileiros”.

CONTINUA

10 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O deputado disse que vai apresentar na Comissão Mista de Orçamento (CMO), até o dia 20, o parecer mantendo intacto o Bolsa Família. A manifestação dele servirá de base para o relatório de Ricardo Barros, que poderá ou não acatar as sugestões. Ele responde pelas áreas temáticas do Trabalho, Previdência e Assistência Social, que abrange dois ministérios: o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pelo Bolsa Família, o da Previdência Social e Trabalho e Emprego, recentemente fundidos.

Para o relator setorial, para compensar o orçamento deficitário de 2016 em R\$ 30,5 bilhões, o governo precisa cortar suas despesas de custeio e diminuir o custo da máquina.

10 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Impeachment sob análise na OAB

O presidente da OAB nacional, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, afirmou que a entidade vai se posicionar sobre o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff no começo de dezembro, mas um relatório preliminar com a posição da entidade deve ser apresentado no próximo dia 29. Segundo Coêlho, diante do parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) reprovando as contas da presidente Dilma, a OAB se viu na "obrigação" de estudar juridicamente o tema e verificar se há elementos para enquadrar o caso como crime de responsabilidade. Por outro lado, Coêlho preferiu não opinar sobre o destino do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está sendo investigado por suspeita de corrupção e pode ter seu mandato cassado por um processo de quebra de decoro.

Biometria em Porecatu

Com a presença da presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, foi encerrada oficialmente, no último dia 4, a revisão biométrica do eleitorado da 65ª Zona Eleitoral, composta pelos municípios de Porecatu, Florestópolis, Miraselva e Prado Ferreira. Em dois meses de cadastramento, compareceram 20.798 eleitores. Com isso, 4.871 eleitores tiveram seus títulos cancelados. Para o juiz eleitoral de Porecatu, Walterney Amâncio, o resultado foi positivo. "Desde o planejamento até a execução, isso somente foi possível com o envolvimento dos prefeitos dos quatro municípios que compõem a Zona Eleitoral, que abraçaram a causa e forneceram todo o apoio material e pessoal para o sucesso da biometria."

1 0 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

TESTEMUNHA FALA DO ESTADO DE RIBAS CARLI

COMPLETAMENTE BEBADO

Porteiro atesta que o ex-deputado estava embriagado ao deixar o restaurante na noite em que causou o acidente que matou duas pessoas; em 2009. Ele teria recusado cãrona do casal que o acompanhava e saiu dirigindo o próprio carro em alta velocidade. Minutos depois, aconteceu a tragédia.

10 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIS PROVAS

Porteiro confirma que Carli Filho estava embriagado antes de causar acidente fatal

Da Redação
geral@redacao@tribunadoparana.com.br

O ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho admitiu ter bebido vinho com amigos, pouco tempo antes de provocar o acidente que matou Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida, em maio de 2009. Os depoimentos prestados à Justiça, em 2010, foram divulgados pelo programa Fantástico, no domingo. Entre os vídeos exibidos está um trecho do depoimento de Altevir dos Santos,



Ex-deputado confessou.

"A lembrança posterior que eu tenho foi de acordar de um coma no Hospital Evangélico"

Carli Filho



porteiro do restaurante em que Carli estava com um casal de amigos, no qual ele afirma ter visto o ex-deputado deixando o local "completamente bêbado".

"O casal estava saindo com ele, só que ele saltou do carro. Ele pulou do carro e eu segurei ele para não ser atingido, se ma-

chucar muito mais ainda", descreve Altevir. O porteiro disse que Carli Filho deixou o local no próprio carro e de maneira "muito veloz".

CONFISSÃO

O ex-parlamentar confessou ter bebido taças de vinho e que depois não se lembra de nada. "Fui a um restaurante, tomei uma taça de vinho e, na saída encontrei um casal de amigos. Passei à mesa deles, nos sentamos e continuamos a comer mais e também pedimos uma taça de vinho", declarou. A identidade do casal não foi divulgada. "A lembrança posterior que eu tenho foi de acordar de um coma no Hospital Evangélico". Carli Filho estava com a carteira de habilitação suspensa. Havia recebido 30 multas, 23 por excesso de velocidade. "Nunca recebi notificação para entregar a carteira", afirmou. Imagens dos radares da região do acidente nunca foram encontradas e a gravação feita pelas câmeras de um posto de combustíveis foi adulterada.

Teste de alcoolemia desconsiderado

Carli Filho que, segundo a acusação, dirigia a 167 km/h quando bateu atrás do veículos dos dois jovens, no cruzamento das ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski, no Mossunguê, responde pelo crime de homicídio doloso eventual. Na época, um exame no hospital onde foi atendido mostrou que Carli Filho tinha 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue do ex-deputado. Como o exame foi feito enquanto ele estava desorientado, foi desconsiderado pela Justiça.

INDÍCIOS

Em fevereiro do ano passado, a 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) encontrou mais uma vez indícios de que Carli Filho assumiu o risco de matar ao dirigir em alta velocidade e depois de beber.

Os efeitos da embriaguez poderão ser comprovados por outros meios que não o exame de alcoolemia feito no hospital.

"Ele [Carli Filho] estava saindo do restaurante completamente bêbado"

Altevir dos Santos



Na época, a defesa havia conseguido, com recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o caso fosse novamente julgado no TJ-PR. Confirmado novamente a ida do ex-parlamentar a júri, era preciso então que o processo voltasse ao primeiro grau pra que o juiz seguisse com o processo. Recentemente, o magistrado pediu que as partes indicassem suas testemunhas.

CONTINUA

1 0 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Julgamento marcado

O advogado de defesa de Carli Filho, Gustavo Scandellari, disse que seu cliente deve ser responsabilizado de acordo com a lei, defendendo a tese de que ele não teve a intenção de causar a morte dos dois jovens. Segundo o defensor, o ex-deputado deveria ser julgado por homicídio culposo e não com dolo eventual.

DATA

O júri popular de Carli Filho foi marcado pela Justiça para 21 e 22 de janeiro. Após seis anos, o ex-deputado sentará no banco dos réus. "O julgamento será um divisor de águas, ele vai mostrar ao país que esses casos não são meros acidentes, não são fatalidades", disse a deputada federal Christiane Yared, mãe de Gilmar. Se os jurados entenderem que ele assumiu o risco de matar, poderá pegar até 20 anos de prisão. No entanto, se a tese da defesa prevalecer, a sentença poderá ser de quatro anos prestando serviços comunitários.

1 0 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BARBÁRIE!

Brasil registra
13 homicídios
de mulheres
por dia. Número
é 66% maior
entre as negras

3 - São Paulo

Em 2013, 4.762 mulheres foram assassinadas no Brasil, posicionando-o no quinto lugar no mundo - só está melhor que El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. Foram 13 homicídios femininos por dia: uma mulher morta a cada 1h50min. Essa é uma das conclusões do Mapa

da Violência 2015, que foi divulgado ontem pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Outro dado importante desse estudo aponta que em um ano, morreram assassinadas 66,7% mais mulheres negras do que brancas no Brasil. O material foi considerado inovador pela representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, ao revelar a "combinação cruel" que se estabelece entre racismo e sexismo: em uma década (a pesquisa abarca o período de 2003 a 2013), os feminicídios contra negras aumentaram 54%, ao passo que o índice de mortes violentas de mulheres brancas diminuiu 9,8%.

Os dados, julga ela, denunciam uma "bárbara faceta do

racismo", sendo urgente acelerar respostas institucionais concretas em favor das mulheres negras. O Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20, motivou a escolha do mês de lançamento da pesquisa.

O Mapa da Violência revela, ainda, que 55% dos crimes de violência de gênero no Brasil foram cometidos no ambiente doméstico - e que 33,2% dos homicídios eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Isso significa que, a cada 10 mulheres com mais de 18 anos, quatro foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros, que usaram, com maior prevalência, força física ou objeto cortante. As armas de fogo são mais comuns nos assassinatos de homens.

10 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

FRAUDE

Por decisão do juiz da 7.ª Vara Criminal da capital, César Maranhão de Loyola Furtado, o Tribunal de Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público sobre o esquema de fraude em licitação na obra do prédio anexo ao Tribunal de Contas do Estado, obra que custaria R\$ 36,4 milhões. De acordo com a denúncia, houve direcionamento do processo licitatório pra beneficiar a construtora Sial e, a partir de agora, os investigados passam a ser réus no processo. Depois da denúncia, o TC-PR cancelou a licitação e a obra.

EM FLAGRANTE

O caso ganhou repercussão depois que o ex-coordenador do Tribunal de Contas, Luiz Bernardo Dias Costa, foi preso em flagrante em junho de 2014 após sair da sede da empreiteira Sial, vencedora da licitação, com R\$ 200 mil. De acordo com o Ministério Público, o valor seria apenas uma parte do que seria pago em propina cerca de R\$ 2 milhões.

1 0 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

Laudo será investigado

Diego Ribeiro

O laudo de necropsia da fisiculturista Renata Muggiati, assinado pelo médico-legista Daniel Colman, será investigado por uma comissão formada por três servidores da Polícia Científica, órgão ao qual o Instituto Médico Legal (IML) é vinculado. O Diário Oficial do Estado de ontem publicou a portaria assinada pelo diretor do órgão, Hemerson Bertassoni Alves, determinando a instauração de uma sindicância pra apurar o caso.

O exame apontou que a vítima não sofreu asfixia, mas o resultado da exumação feita por uma junta de quatro servidores teve resultado oposto. Segundo este último exame, a fisiculturista, que morreu em setembro deste ano, sofreu asfixia por vários minutos e já estava morta ao cair do prédio onde morava. O principal suspeito é o médico Raphael Suss, ex-namorado de Renata.

O primeiro laudo foi assinado pelo médico Daniel Colman. A portaria levanta a suspeita contra a análise. O texto afirma



Novo exame mostra que Renata foi asfixiada antes da queda.

que investigará um “possível” desvio de conduta.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Polícia Científica pra tentar localizar o médico Daniel Colman, mas foi informado que deveria procurá-lo diretamen-

te. No IML, ninguém atendeu às ligações da reportagem. Dois médicos legistas, colegas dele, foram contatados pra ajudar a encontrá-lo, mas não houve sucesso. A defesa de Raphael Suss foi procurada, mas preferiu não se manifestar no momento.

10 NOV 2015

BEM PARANÁ

A idade mais perigosa para as mulheres no PR: 20 anos

Mapa da Violência divulgado ontem revela que feminicídio teve alta de 24,7% no estado entre 2003 e 2013

Rodolfo Luis Kowalski

Aproximadamente 20 anos de idade, branca e morta dentro de casa. Esse é o perfil das mulheres vítimas de assassinato no Paraná, revelam dados compilados por meio do "Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil", divulgado ontem, com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Publicado ontem pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), o Mapa da Violência é de autoria do argentino radicado no Brasil, Julio Jacobo Waiselfisz. O sociólogo analisa dados oficiais nacionais, estaduais e municipais sobre óbitos femininos no Brasil entre 1980 e 2013 (último ano com dados disponíveis pelo Ministério da Saúde), passando ainda por registros de atendimentos médicos.

Enquanto o número de vítimas do sexo feminino registrou um aumento de 21% no Brasil entre 2003 e 2013, passando de 3.937 para 4.762, no Paraná essa variação foi ainda maior, de 24,7%. Em uma década, o número de mulheres mortas subiu de 227 para 283,

o que coloca o Paraná em quinto no ranking do crime, atrás apenas de São Paulo (620 mortes), Minas Gerais (427), Bahia (421) e Rio de Janeiro (386).

Entre as capitais, Curitiba aparece na liderança da região Sul do país e em 9º no ranking nacional. Em 2003, 50 mulheres haviam sido mortas na Capital. Em 2013, o número saltou para 58, um crescimento de 16%. Com isso, a taxa de feminicídio para cada 100 mil habitantes também registrou uma alta, de 7,8%, passando de 5,7 para 6,2.

Isso significa que a taxa de Curitiba é maior do que a média estadual, que na última década subiu 15,1%, passando de 4,5 para 5,2. Com isso, tanto Curitiba quanto o Paraná aparecem com taxas acima da média nacional, de 4,8 (era 4,4 em 2003).

Voltando à idade das vítimas, dados do SIM revelam que 16,17% das vítimas no Estado possuem entre 20 e 24 anos. Em seguida aparece a faixa etária de 15 a 19 anos (16,04%) e de 25 a 29 anos (13,3%). A partir da última faixa, nota-se uma tendência de lento declínio até a velhice.

Outro dado interessante é que entre 2006, ano da promulgação da Lei Maria da Pe-

na, e 2013, apenas cinco estados registraram quedas nas taxas: Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. No Paraná, foi verificada alta foi de 13,65%. O estado chegou a registrar uma queda em 2007, mas logo a taxa de homicídios voltou a crescer. Em outros estados, porém, a alta foi ainda mais significativa, casos de Roraima (+ 343,9%) e Paraíba (+ 229,2%).

VIOLÊNCIA

5,7%

das mulheres brasileiras acima dos 18 anos sofre algum tipo de violência, diz o estudo da Flacso.

Os dados vão ajudar os governos a pensar e aprimorar políticas públicas, além de serem trabalhadas nas escolas e universidades e com os movimentos sociais.

CONTINUA

BEMPARANÁ

10 NOV 2015

HOMICÍDIO DE MULHERES

CONTINUAÇÃO

PARANÁ	
2003	227
2013	283
Variação	24,7%
Média anual (2003-2013)	306

CURITIBA	
2003	50
2013	58
Variação	16%
Média anual (2003-2013)	67

AGRESSÕES

317 mil

mulheres foram vítimas de agressão no Paraná em 2013, sendo que na maioria dos casos a vítima conhecia o agressor. O Estado, inclusive, aparece no estudo com uma das maiores taxas de agressão contra o sexo feminino por pessoa conhecida, ao lado de Rio Grande do Norte e Pará. Em 2013, 208.309 mulheres foram agredidas por conhecidos, enquanto outras 117.284 afirmaram não conhecer o agressor. Entre os homens, o total de vítimas de agressão chega a 208.746, sendo que 76.979 foram agredidos por conhecidos e outros 134.873, por desconhecidos.

RMC é "campeã" na taxa de mortes

O ranking dos 100 municípios com maior taxa de homicídios do sexo feminino não traz nenhuma capital. Isso não significa, no entanto, que Curitiba não deve se preocupar. É que dos nove municípios do Paraná que aparecem no "top 100", sete fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Quem abre a lista entre os paranaenses é Campina Grande do Sul, que aparece em 27º no ranking nacional, com taxa de 14,2 mortes para cada 100 mil habitantes. Em seguida aparecem: Piraquara, em 36º, com taxa de 13,6; Pinhais, em 56º, com 12,5; Araucária, 61º, com 12,2; Almirante Tamandaré, em 62º, com 12,2; Fazenda Rio Grande, em 73º, com 11,5; e Colombo, em 100º, com 10,4.

Já os dois municípios paranaenses que não fazem parte da RMC e aparecem na lista são: Santa Helena, na região oeste do Paraná, que ocupa a 44ª posição, com taxa de 13,3; e São Miguel do Iguaçu, também na região oeste, em 91ª com taxa de 10,8.

Os pequenos e médios municípios brasileiros estão encabeçando as cidades com maior número de homicídios de mulheres no Brasil e, por isso, são necessárias políticas públicas específicas para esses locais. A afirmação é do pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), autor do estudo Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, apresentado ontem em Brasília.

ASSASSINATOS

Meios utilizados (em %)

Arma de fogo

48,3

Estrangulamento/
sufocação

6,1

Cortante/
penetrante

25,3

Objeto contundente

8,0

Outros

11,8

Negras são as principais vítimas

Os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Enquanto, no mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Nesta edição, segundo a Flacso, o estudo foca a violência de gênero e revela que, no Brasil, 55,3% desses crimes aconteceram no ambiente doméstico, sendo 33,2% cometidos pelos parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

No Paraná, o quadro é o inverso. As mulheres brancas representam quase quatro vezes mais as mortes de mulheres negras.

Óbitos crescem 252%

Desde 1980, os índices de violência contra a mulher vem crescendo de forma preocupante no Brasil. Há 35 anos, a taxa de feminicídio a cada 100 mil habitantes era de 2,3. Em 2013, chegou a 4,8. Já o número de mulheres mortas teve um salto ainda mais gritante, de 252%, com o número de vítimas passando de 1.353 para 4.767.

"Falta uma capilaridade das ações de enfrentamento à violência, das políticas públicas. E falta uma erradicação da cultura da violência patriarcal e machista no nosso país"

da secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Eleonora Menicucci

10 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Assassinatos por PMs somem de balanço

Apesar de agentes terem sido presos sob suspeita de atuar em chacina, a estatística é de morte 'zero' cometida por policial

O caso de dois homens mortos após terem sido rendidos por PMs fardados também não aparece no dado oficial

LUCAS FERRAZ
ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

Os assassinatos cometidos por policiais militares em agosto e setembro deste ano em São Paulo desapareceram das estatísticas oficiais divulgadas pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB).

Justamente nesses dois meses ocorreram uma série de mortes atribuídas a policiais militares —na capital e na Grande São Paulo— entre chacinas e assassinatos de suspeitos já rendidos.

Cerca de 30 policiais militares foram presos sob a suspeita de participação em pelo menos 31 mortes nesse período —entre elas as 23 vítimas das chacinas de Osasco e Barueri, em agosto.

Há ainda nessa lista de excluídos dos dados oficiais os quatro adolescentes mortos ao lado de uma pizzaria em Carapicuíba, em setembro. Eles teriam sido assassinados por agredirem a mulher de um PM —que está preso sob a suspeita dessas quatro mortes.

Nenhum desses episódios aparece nas estatísticas divulgadas pelo governo no "Diário Oficial" do Estado. A coluna de homicídios praticados por policiais de folga aparece zerada entre julho e setembro deste ano.

Conforme mostrou reportagem da **Folha** publicada nesta segunda (9), uma manobra estatística do governo

Alckmin ampliou a queda dos homicídios em São Paulo. A mudança de metodologia começou em abril, sem divulgação, quando a gestão tucana passou a excluir das estatísticas de homicídios dolosos as mortes cometidas por PMs de folga em legítima defesa.

A estratégia permitiu ao Estado retirar, em apenas seis meses, 102 mortes das estatísticas oficiais de homicídios —equivalentes a mais de cinco chacinas como a ocorrida em 13 de agosto em Osasco e Barueri (Grande SP).

Nos dados do terceiro trimestre deste ano (julho, agosto e setembro) há registro de apenas um único assassinato por policial em serviço, mesmo que no período tenham sido presos pelo menos 25 policiais militares.

Quatorze deles são homens da Rota suspeitos de terem matado dois homens em Pirituba (zona norte).

Os outros 11 são PMs envolvidos na morte de dois jovens no Butantã (zona oeste), em setembro. Imagens gravadas por vizinhos mostraram que os dois homens estavam rendidos pelos policiais quando foram mortos, um deles após ter sido atirado do telhado de uma casa.

Em nota, o governo Alckmin informou que os homicídios praticados por policiais, "seja por meio de chacinas ou em crimes comuns", sempre foram computados nas estatísticas mensal e trimestral (leia mais abaixo).

INCOMPARÁVEIS

Nas estatísticas do terceiro trimestre de 2014 há o registro

de uma série de mortes em características semelhantes, provocadas por policiais. Entre julho e setembro do ano passado, a gestão tucana registrou a morte de 26 pessoas nessas circunstâncias.

Assim, a redução obtida pelo governo no terceiro trimestre deste ano —comparando com igual período de 2014— chegaria a mais de 96%.

Todos esses homicídios integram as estatísticas de homicídio comum.

REJEIÇÃO

O desaparecimento dos casos de homicídio doloso praticados por PMs (de folga ou serviço) das estatísticas oficiais coincide com o início da manobra adotada pelo governo de São Paulo, a partir de abril deste ano.

Antes, os assassinatos cometidos por policiais em folga eram contados como homicídios dolosos. Agora, porém, são registrados como intervenção policial.

As notícias de envolvimento de policiais em chacinas e assassinatos de presos rendidos ocorrem no momento de piora da imagem da polícia paulista, segundo recente pesquisa Datafolha.

Segundo o levantamento, 60% dos paulistanos têm medo da PM —a reprovação da Polícia Civil é um pouco menor, embora não menos ruim: 55% dizem desaprová-la. Quase um terço confessa ter tanto medo da polícia quanto de bandidos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 NOV 2015

HOMICÍDIOS POLICIAIS

Dados oficiais escondem chacinas e casos de assassinatos praticados por PMs



COMO ERA

Dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial são divulgados separadamente dos outros dados de homicídios em São Paulo. Em abril deste ano houve uma mudança na metodologia



COMO É HOJE

O governo passou a enquadrar mortes e lesões causadas por policiais de folga em legítima defesa como decorrentes de ação policial, assim os casos não entram na estatística de homicídios dolosos

EXEMPLOS DE OCORRÊNCIAS

	Estatística	Números oficiais	
15.abr Quadra da Pavilhão Nove (zona oeste). Crime aconteceu durante confraternização. Em maio, um PM e um ex-PM foram presos	Homicídios fora de serviço na capital	3	1
		Abr. 2014	Abr. 2015
6.ago Duas pessoas foram assassinadas em Pirituba, na zona norte da capital. 14 policiais da Rota foram presos	Homicídios em serviço na capital	0	0
		Set. 2014	Set. 2015
13.ago Ao menos 23 pessoas morreram na chacina em Osasco e Barueri (Grande SP). Um soldado suspeito da Rota foi preso	Homicídios fora de serviço no Estado	9	0
		Ago. 2014	Ago. 2015
7.set Dois suspeitos morreram no bairro Butantã, zona oeste. Um dos suspeitos foi jogado do telhado. Onze PMs foram presos	Homicídios em serviço na capital	1	0
		Set. 2014	Set. 2015
19.set Quatro adolescentes são assassinados em Carapicuíba; três policiais foram presos	Homicídios fora de serviço no Estado	12	0
		Set. 2014	Set. 2015

Governo de SP nega ilegalidade em estatísticas

A Secretaria da Segurança disse que não computou as chacinas e os assassinatos praticados por PMs de serviço porque, no boletim de ocorrência, não havia informações sobre isso.

Sobre as chacinas, segundo nota enviada à reportagem, disse que “o caso foi registrado como homicídio, até porque no momento de seu registro a autoria era desconhecida.”

Sobre o caso do Butantã, diz que inicialmente foi registrado no boletim de ocorrência como ‘morte decorrente de intervenção policial’. No caso da Rota, diz que as investigações estão em andamento, mas que já há convicção de “ilegalidade” na ação dos policiais.

10 NOV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

OAB decide em dezembro se apoia impeachment

ABR

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deverá decidir nos próximos dias 2 e 3 de dezembro se vai apoiar ou não o impeachment da presidente Dilma Rousseff (foto), informou nesta segunda o presidente do órgão, Marcus Vinicius Furtado Coelho.

Antes, no dia 29 de novembro, a comissão de advoga-



dos formada para analisar o caso deverá divulgar um parecer, que irá recomendar ou não o afastamento da presidente. Segundo Coelho, o objetivo do grupo é avaliar se Dilma cometeu ou não crime de responsabilidade em razão das irregularidades encontradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao reprovar as contas do governo em 2014. ■

Carli Filho admite ter bebido no dia do acidente

Em um processo judicial que se arrasta há seis anos, o ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho admitiu ter bebido no dia em que se envolveu no acidente, que matou Gilmar Yared e Carlos Murilo de Almeida, em Curitiba, em maio de 2009. A declaração foi dada, em 2010, na única vez que prestou depoimento à Justiça.

O ex-deputado será julgado pelas mortes em júri popular, marcado para 21 e 22 de janeiro de 2016. Ele é acusado de duplo homicídio com dolo eventual, ou seja, quando assume o risco de matar. Se condenado, a pena pode chegar a 20 anos de prisão. ■

Metade das mulheres no Brasil é morta por familiares

O estudo "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres", divulgado nesta segunda-feira (9), mostra que 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares. Desse total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros.

Entre 1980 e 2013 foram assassinadas 106.093 mulheres, 4.762 só em 2013. O país tem uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) que avaliaram um grupo de 83 países. ■

10 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Recurso pode ser interposto antes da publicação de sentença

A turma considerou que a rejeição do recurso nesses termos implica em exagero de formalidade e ofensa ao princípio da celeridade

Um recurso interposto por trabalhador antes da publicação da sentença em órgão oficial foi admitido pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO). A decisão já havia sido divulgada no sistema de Processo Judicial Eletrônico. A turma considerou que a rejeição do recurso nesses termos implica em exagero de formalidade e ofensa ao princípio da celeridade.

O entendimento foi expresso pelo Tribunal Superior do Trabalho com o cancelamento da Súmula 434, que considerava extemporâneo recurso interposto antes da publicação do acórdão impugnado. Com a aceitação do recurso, a turma reformou a decisão de primeiro grau para reconhecer a rescisão indireta do contrato de trabalho pleiteada pelo trabalhador.

A interposição do recurso do trabalhador contra três empresas havia sido negado pelo juiz da 6ª Vara do Trabalho de Goiânia por ter sido feito antes da publicação da sentença. Conforme o processo, a sentença foi prolatada em 10 de março de 2015, e o recurso, interposto sete dias depois, sendo que não houve a publicação da decisão nesse período.

A relatora do processo, juíza convocada Marilda Jungmann, explicou que no “processo judicial eletrônico as sentenças, assim que assinadas, ficam disponibilizadas, tornando-se públicas antes mesmo de serem publicadas no órgão oficial, o que permite a oposição tempestiva dos atos recursais”.

A magistrada ressaltou entendimento do TST que seguiu precedente do Supremo Tribunal Federal e cancelou a Súmula 434, que era suscitada para justificar a intempestividade dos atos recursais interpostos antes da publicação dos acórdãos e, por analogia, das sentenças. A relatora também citou trechos de decisões do TST sobre o mesmo tema, que afirma que a finalidade do acórdão de julgamento é dar ciência à parte do teor da decisão, de modo que a interposição anterior do recurso denota que o referido propósito foi atingido por outros meios.

“Penalizar a parte diligente, que contribuiu para a celeridade do processo, é contrariar a própria razão de ser dos prazos processuais e das preclusões: evitar que o processo se transforme em um retrocesso, sujeito a delongas desnecessárias”, argumentava uma das decisões do TST.

Dessa forma, a turma julgadora afastou a intempestividade declarada pelo juízo de origem e aceitou o recurso do trabalhador, que foi imediatamente analisado pelos membros da 2ª Turma.

10 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eleição para Corregedor-Geral do Ministério Público do Paraná

Será realizada no dia 25 de novembro eleição para o cargo de corregedor-geral do Ministério Público do Paraná. O pleito encontra-se regulamentado pela Resolução nº 38/15, do Colégio de Procuradores de Justiça, estando abertas as inscrições até o próximo dia 09 de novembro. A votação será realizada pela internet, por meio de link exclusivo no site do MP-PR, com acesso mediante login e senha institucionais. Têm direito a voto todos os procuradores de Justiça.

Nos termos da Resolução 38/15-CPJ, podem se candidatar os membros do Ministério Público integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça, ressalvadas as exceções legais. A eleição será realizada, via internet, das 9 às 17 horas do

dia 25 de novembro, sendo o voto uninominal.

Confira o teor da Resolução nº 38/15, que regulamenta a eleição.

Corregedoria-Geral – A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. Incumbe ao corregedor-geral, dentre outras atribuições, realizar correições e inspeções, expedir recomendações aos órgãos de execução, instaurar e presidir procedimentos disciplinares, remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas respectivas atribuições, etc (v. arts. 34 e 36 da Lei Complementar Estadual nº 85/99).

09 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Admitir dívida não autoriza inscrição na Serasa sem notificação prévia

O Tribunal de Justiça do Paraná modificou a sentença por entender que é de responsabilidade da Serasa a notificação prévia

A ausência de notificação prévia motiva o cancelamento da inscrição em cadastro de restrição ao crédito, mesmo que o consumidor não negue a existência da dívida. Foi esse o entendimento da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar procedente recurso de consumidor que teve seu nome inserido no cadastro de restrição de crédito mantido pela Serasa sem ter sido informado antecipadamente.

No caso, o consumidor teve seu nome inscrito na Serasa por ter emitido cheques sem fundos. Ele não negou a existência da dívida, mas se queixou do registro feito de forma irregular.

O juízo de primeiro grau determinou o cancelamento do registro dos cheques, no prazo de dez dias, sob pena de pagamento de multa, arbitrada no valor de R\$ 30 mil. O Tribunal de Justiça do Paraná modificou a sentença por entender que é de responsabilidade da Serasa a notificação prévia. Contudo, a sua ausência não leva ao cancelamento do registro, já que a inexistência da dívida não é objeto de discussão nos autos.

INTERPRETAÇÃO PROTETIVA

O relator do recurso, ministro Villas Bôas Cueva, entendeu que é equivocado o entendimento do tribunal estadual segundo o qual a falta de notificação permitiria apenas o direito à reparação por danos morais, e não ao cancelamento do registro.

De acordo com o ministro, o artigo 43, parágrafo 2º, do Código de Defesa do Consumidor não restringe as hipóteses de obrigatoriedade de notificação prévia, de forma/maneira/moço que deve ser conferida a ampla interpretação protetiva ao consumidor.

Villas Bôas Cueva citou ainda diversos precedentes do STJ no sentido de que, em caso de dívida reconhecida, não há que se falar em ofensa moral, devendo tão somente ser retirado o nome do cadastro de inadimplentes em caso de inscrição irregular.

09 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ não tem reconhecido procuração eletrônica do TRF-4, diz OAB

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil enviou ofício ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, informando que a corte não está reconhecendo recursos que têm procurações de advogados geradas pelo sistema eletrônico do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS, SC e PR).

De acordo com o documento, o problema acontece quando a procuração outorgada pela parte não consta dos autos da ação de embargos, mas apenas do processo de execução. Isso ocorre porque, no envio da instância regional à superior, há o desapensamento dos autos eletrônicos

da execução, fazendo com que a procuração não seja remetida ao STJ. A Súmula 115 do tribunal diz que na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos.

A OAB explica que o sistema e-Proc não exige mais que os embargos à execução sejam instruídos com as cópias das peças processuais relevantes exigidas para os processos físicos. Quando são opostos embargos à execução, o sistema processual eletrônico vincula automaticamente os advogados. Além disso, o TRF-4 remete ao STJ um histórico, junto com os autos dos embargos, de advogados que atuaram no caso.

◆ DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Supremo Tribunal Federal liberou R\$ 2,8 bi retidos no Banco do Brasil, oriundos dos depósitos judiciais. O Governo do Estado de Minas requereu o direito de acesso a esse recurso ao STF. A liminar foi concedida pelo Ministro do STF, Teori Zavascki, é um precedente para que outros Estados, consigam ter acessos a esses depósitos. É um dinheiro que pode irrigar a economia. Eles são aplicados pelos bancos em títulos do Tesouro. Rendem 14,25% ao ano. Quanto os bancos ganham com a intermediação desses recursos, não se conhece.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

09 NOV 2015

É válida lei sobre correção monetária em demonstração financeira

A lei sobre correção monetária em demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários foi considerada válida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 201.512. A corte declarou ser constitucional o artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991. Para a maioria dos ministros, o dispositivo questionado não representaria um empréstimo compulsório ilegítimo, mas um favor fiscal criado pelo legislador.

O recurso foi interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que havia acolhido recurso de uma cerâmica e julgado inconstitucional o dispositivo. Para a empresa,

a dedução da variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do BTN Fiscal, prevista na norma, seria uma espécie ilegal de empréstimo compulsório.

Já haviam votado no sentido de desprover o recurso, mantendo a inconstitucionalidade do dispositivo, o relator do RE, ministro Marco Aurélio, e os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto (aposentado). Divergiram do relator, votando pelo provimento do recurso, os ministros Eros Grau e Joaquim Barbosa (ambos aposentados) e a ministra Cármen Lúcia. O julgamento estava suspenso por pedido de vista do ministro Cezar Peluso (aposentado).

Demitir apenas um trabalhador após briga é tratamento desigual

Se após uma briga no ambiente do trabalho a empresa demite apenas um dos funcionários, fica claro que não houve igualdade de tratamento. O entendimento é da 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho em caso envolvendo dois vigilantes que trabalhavam para uma transportadora de valores em Salvador.

De acordo com os autos, o motorista do carro-forte se incomodou com o autor da ação, que dormia ao seu lado dentro do veículo, gerando uma discussão. A briga teve que ser apartada por outros dois vigilantes, e o motorista ficou ferido no rosto. A empresa demitiu apenas o autor da ação, alegando os prejuízos

causados na segurança da operação e o risco a que foram expostos todos os integrantes da equipe armada.

O vigilante demitido apresentou reclamação trabalhista buscando a reversão da justa causa e o pagamento das verbas rescisórias, alegando que não poderia ser punido com rigor excessivo por um fato isolado. No entanto, o juiz de origem considerou que os documentos que comprovaram a briga foram suficientes para justificar a justa causa. O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região manteve a sentença, entendendo que não caberia a discussão sobre os motivos da não dispensa do outro envolvido.

RUY BARROZORUY BARROZO



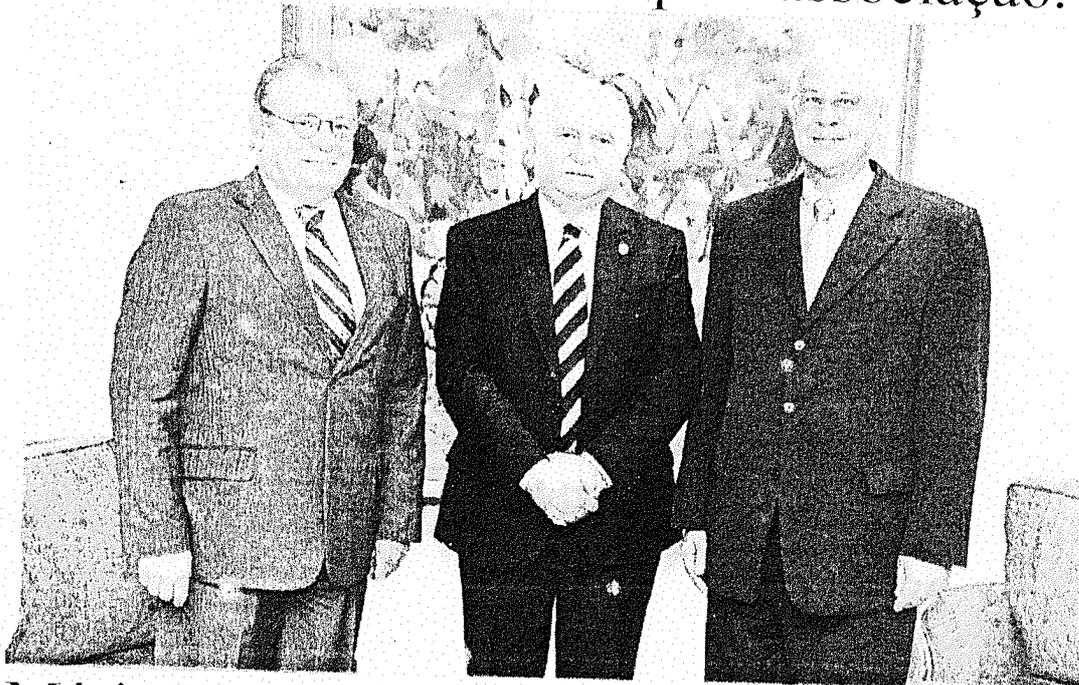
Paraná Portal

09 NOV 2015

Pesquisa de satisfação

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, recebeu na manhã desta quarta-feira, a visita do vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná, Claudio Roberto Carneiro e do diretor jurídico Mário Martinelli.

Na ocasião, foram apresentadas ao Presidente do TJPR os resultados da pesquisa de satisfação dos cartórios extrajudiciais realizada pela associação.



Mário Martinelli, Paulo Roberto Vasconcelos e Claudio Roberto Carneiro.

Indústria & Comércio – Curitiba
6/11/2015

Coluna do JUK

Capital & Negócios



Com o experiente e competente jornalista **Ruy Barrozo**, Diretor de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ruy implantou um canal de comunicação dinâmico com a imprensa paranaense facilitando o trabalho dos jornalistas na obtenção de informações . Pelo bom trânsito em todas esferas principalmente nos meios de comunicação e o poder público é uma referência na imprensa paranaense.